

AJUSTE DIRETO
AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE PATROCÍNIO JUDICIÁRIO
Referência: RH/AD/1/2025/ATEC

CONVITE

1. OBJETO

- 1.1.** A ATEC vem convidar V. Exas., a apresentar proposta no âmbito do procedimento, com a referência RH/AD/1/2025/ATEC, designado como “*Aquisição de Serviços de Patrocínio Judiciário (Aquisição de serviços)*”, com vista à resposta, acompanhamento e execução do que se revelar necessário em matéria de contencioso judicial, no que respeita ao Processo n.º 106/25.3T8STB, que corre termos no Juiz n.º 2 do Juízo do Trabalho do Tribunal Judicial da Comarca de Setúbal, em que é Autora Cristina Figueiredo da Silva Mota Munoz, e Ré a ATEC – Associação de Formação para a Indústria, até à conclusão do processo em primeira instância.
- 1.2.** O presente procedimento será tramitado através da plataforma eletrónica de contratação pública AcinGov, com o endereço <http://acingov.pt/>.

2. ENTIDADE ADJUDICANTE

A entidade adjudicante é a ATEC – Associação de Formação para a Indústria, pessoa coletiva n.º 506 803 228, com sede na Quinta da Marquesa, Parque Industrial Volkswagen, 2950-557 Quinta do Anjo, Palmela, Setúbal, com o endereço de email compras@atec.pt.

3. ÓRGÃO COMPETENTE PARA A DECISÃO DE CONTRATAR

A decisão de contratar foi tomada pelos Senhores Administradores João Carlos Rato Costa e Paulo António Vilela Peixoto, no dia 24.02.2025, no âmbito das competências que lhe foram delegadas pela deliberação do Conselho de Administração, de 23 fevereiro de 2021.

4. FUNDAMENTO DA ESCOLHA DO AJUSTE DIRETO

O presente procedimento de Ajuste Direto foi adotado nos termos do disposto na alínea b) do artigo 27.º do Código dos Contratos Públicos (CCP).

5. ESCLARECIMENTOS E RETIFICAÇÃO DAS PEÇAS DO PROCEDIMENTO

1. No primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, os interessados podem solicitar, através da plataforma eletrónica de contratação pública identificada no ponto 1.2 deste convite, os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento e, no mesmo prazo, devem apresentar uma lista na qual identifiquem, expressa e inequivocamente, os erros e as omissões das peças do procedimento por si detetados.
2. Consideram-se erros e omissões das peças do procedimento os que digam respeito a:
 - a) Aspetos ou dados que se revelem desconformes com a realidade;
 - b) Espécie ou quantidade de prestações estritamente necessárias à integral execução do objeto do contrato a celebrar;
 - c) Condições técnicas de execução do objeto do contrato a celebrar que o interessado não considere exequíveis;
 - d) Erros e omissões do projeto de execução que não se incluam nas alíneas anteriores.
3. A lista a apresentar ao órgão competente para a decisão de contratar deve identificar, expressa e inequivocamente, os erros ou omissões do caderno de encargos detetados, com exceção dos referidos na alínea *d*) do número anterior e daqueles que por eles apenas pudessem ser detetados na fase de execução do contrato, atuando com a diligência objetivamente exigível em face das circunstâncias concretas.
4. Até ao termo do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das propostas:
 - a) O júri do procedimento deve prestar os esclarecimentos solicitados;
 - b) O órgão competente para a decisão de contratar pronuncia-se sobre os erros e as omissões identificados pelos interessados, considerando-se rejeitados todos os que, até ao final daquele prazo, não sejam por ele expressamente aceites.
5. O órgão competente para a decisão de contratar deve identificar os termos do suprimento de cada um dos erros ou das omissões aceites nos termos do disposto na alínea b) do número anterior.
6. Independentemente do disposto nos números anteriores, o órgão competente para a decisão de contratar pode, oficiosamente, proceder à retificação de erros ou omissões das peças do procedimento, bem como prestar esclarecimentos, no mesmo prazo referido no n.º 4, ou até ao final do prazo de entrega de candidaturas ou propostas, devendo, neste caso, atender-se ao disposto no artigo 64.º.

7. Os esclarecimentos, as retificações e as listas com a identificação dos erros e omissões detetados pelos interessados devem ser disponibilizados, através da plataforma eletrónica de contratação pública identificada no ponto 1.2 deste convite, e juntos às peças do procedimento que se encontrem patentes para consulta, devendo todos os interessados que as tenham obtido ser imediatamente notificados desse facto.
8. Os esclarecimentos e as retificações fazem parte integrante das peças do procedimento a que dizem respeito e prevalecem sobre estas em caso de divergência.

6. ENTREGA DA PROPOSTA

A proposta deverá ser entregue em formato digital, via plataforma eletrónica de contratação pública referida no ponto 1.2 do presente Convite, no prazo máximo de 10 (Dez) dias a contar do envio do convite.

7. PROPOSTAS VARIANTES

Não são admitidas a apresentação de propostas condicionadas ou com variantes, que envolvam alterações das cláusulas do Caderno de Encargos.

8. DOCUMENTOS DA PROPOSTA

1. Fazem parte da proposta os seguintes documentos:
 - a) Declaração de aceitação do conteúdo do caderno de encargos, elaborada em conformidade com o modelo constante do Anexo I ao presente Convite, do qual faz parte integrante;
 - b) Proposta de preço (com a indicação do preço total e do preço por hora);
 - c) Certidão de registo na Ordem dos Advogados; e
 - d) Demais documentos que o Concorrente entenda como indispensáveis nos termos do artigo 57.º, n.º 1, al. a) e b) e, e n.º 3 do CCP;
2. Todos os documentos que constituem a proposta devem ser redigidos em língua portuguesa, sem prejuízo do disposto no n.º 2 do artigo 58.º do CCP, admitindo-se, em função da especificidade técnica das prestações objeto do contrato a celebrar, a apresentação de documentos redigidos em língua inglesa.

9. NEGOCIAÇÃO

A proposta apresentada não será objeto de negociação.

10. PRAZO DA OBRIGAÇÃO DE MANUTENÇÃO DA PROPOSTA

O concorrente é obrigado a manter a respetiva proposta pelo prazo de 66 (sessenta e seis) dias contados da data do termo do prazo fixado para a apresentação da proposta.

11. ESCLARECIMENTOS SOBRE A PROPOSTA

1. Sempre que necessário para efeitos de análise e avaliação da proposta, o órgão competente nos termos do número seguinte pode pedir ao concorrente esclarecimentos sobre a proposta apresentada.
2. O júri do procedimento deve solicitar ao concorrente o suprimento de irregularidades da sua proposta, nos termos do artigo 72.º/3 do CCP.
3. Os esclarecimentos prestados pelo concorrente fazem parte integrante da proposta, desde que não contrariem os elementos constantes dos documentos que as constituem, não alterem, completem ou visem suprir omissões dos atributos da proposta.

12. ADJUDICAÇÃO

1. No caso de não existirem, nos termos do artigo 70.º do CCP, fundamentos para a exclusão da proposta, o órgão competente para a decisão de contratar deve tomar a decisão de adjudicação até ao termo do prazo da obrigação de manutenção da proposta.
2. Juntamente com a notificação da decisão de adjudicação, o adjudicatário deve ser notificado para apresentar os documentos de habilitação exigidos nos termos do artigo 13.º do presente Convite.

13. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

1. No prazo de 5 (cinco) dias a contar da data da notificação da adjudicação, o adjudicatário deve juntar os seguintes documentos de habilitação:
 - a) Declaração emitida em conformidade com o modelo constante do Anexo II ao presente Convite, do qual faz parte integrante;
 - b) Documentos comprovativos de que o adjudicatário não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do n.º 1 do artigo 55.º do CCP;
 - c) Certidão de registo emitida pela Ordem dos Advogados;

- d) Documento comprovativo em cumprimento da obrigação estatuída no artigo 5.º do Regime Jurídico do Registo Central do Beneficiário Efetivo (RCBE), aprovado pela Lei n.º 89/2017, de 21 de agosto.
- 2. Para efeitos da alínea b) do número anterior, o adjudicatário deve apresentar:
 - a) Certificados de registo criminal da entidade, assim como de todos os membros dos seus órgãos sociais de administração, direção ou gerência ou, na sua falta, documento equivalente emitido pela autoridade judicial ou administrativa competente, do qual resulte que aqueles requisitos se encontram satisfeitos;
 - b) Certificado emitido pela entidade competente atestando a regularização da situação tributária;
 - c) Certificado emitido pela entidade competente atestando a regularização da situação relativamente a contribuições para a segurança social.
- 3. Poderá ainda ser solicitado ao adjudicatário, ainda que tal não conste deste Convite, a apresentação de quaisquer documentos comprovativos da titularidade das habilitações legalmente exigidas para a execução das prestações objeto do contrato a celebrar, fixando prazo para o efeito.
- 4. Os documentos de habilitação devem ser tramitados através da plataforma eletrónica de contratação pública AcinGov, com o endereço <http://acingov.pt/>
- 5. A adjudicação caduca, se por facto que lhe seja imputável, o adjudicatário não apresentar os documentos de habilitação no prazo fixado no n.º 1, aplicando-se para o efeito as disposições previstas no artigo 86.º do CCP.
- 6. No caso de irregularidades detetadas nos documentos de habilitação, o adjudicatário deve proceder à respetiva sanção no prazo de 5 (cinco) dias a contar da data de notificação para o efeito, sob pena de caducidade da adjudicação.

14. CAUÇÃO

Ao abrigo do disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 88.º do CCP, o adjudicatário é dispensado de prestar caução.

15. MINUTA DO CONTRATO

- 1. A minuta do contrato a celebrar é aprovada pelo órgão competente para a decisão de contratar e notificada ao adjudicatário em simultâneo com a decisão de adjudicação.

2. A minuta do contrato considera-se aceite pelo adjudicatário quando haja aceitação expressa ou quando não haja reclamação nos 2 (dois) dias subsequentes à respetiva notificação.
3. No caso de reclamação do adjudicatário, o órgão competente para a decisão de contratar deve, no prazo de 10 (dez) dias a contar da receção da reclamação, notificar o adjudicatário da sua decisão, equivalendo o silêncio à rejeição da reclamação.

16. OUTORGA DO CONTRATO

1. A outorga do contrato deve ter lugar no prazo de 30 dias contados da data da aceitação da minuta do contrato a celebrar ou da decisão sobre a reclamação, devendo o órgão competente para a decisão de contratar comunicar ao adjudicatário os termos em que se processará a outorga do contrato.
2. A adjudicação caduca, se por facto que lhe seja imputável, o adjudicatário não outorgar o contrato nos termos do número anterior.
3. Todas as despesas e os encargos inerentes à outorga e redução a escrito do contrato são da responsabilidade do adjudicatário.

17. COMUNICAÇÕES

1. Salvo disposição em contrário do presente convite, todas as comunicações entre os órgãos da entidade adjudicante e o concorrente/adjudicatário devem ser escritas e redigidas em língua portuguesa e efetuadas através da plataforma eletrónica de contratação pública AcinGov, com o endereço <http://acingov.pt/>.
2. As comunicações referidas no número anterior consideram-se feitas na data da respetiva expedição, sem prejuízo do disposto no número seguinte.
3. As comunicações que tenham como destinatário os órgãos da entidade adjudicante e que sejam efetuadas após as 17 (dezassete) horas da data da respetiva expedição presumem-se feitas às 10 (dez) horas do dia útil seguinte, salvo disposição em contrário do presente convite.

18. PRAZOS

1. Os prazos referidos no presente Convite contam-se nos termos do disposto no artigo 87.º do Código do Procedimento Administrativo, não sendo aplicável, em caso algum, o disposto no artigo 88.º do mesmo Código.

2. O prazo fixado para a apresentação da proposta é contínuo, não se suspendendo nos sábados, domingos e dias feriados.

19. DIREITO APLICÁVEL

Em tudo o que não se encontre previsto nas peças do procedimento é aplicável o CCP e a demais legislação aplicável.

(João Carlos Rato Costa – Administrador)

(Paulo António Vilela Peixoto - Administrador)

ANEXO I

Declaração de aceitação do conteúdo do Caderno de Encargos (a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 8.º do Convite)

1. - [•] [nome, número de documento de identificação e morada], na qualidade de representante legal de (1) [•] [firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes], tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de [•] [designação ou referência ao procedimento em causa] e, se for o caso, do caderno de encargos do acordo—quadro aplicável ao procedimento, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.
2. - Declara também que executa o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo (3):
 - a) [•];
 - b) [•].
3. - Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.
4. - Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do CCP.
5. - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do CCP, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.
6. - Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga -se, nos termos do disposto no artigo 81.º do CCP, a apresentar os documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do referido Código.

7. - O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do CCP, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

[Local], (data) [Assinatura ⁽⁴⁾].

(¹) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(²) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(³) Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b), c) e d) do n.º 1 e nos n.ºs 2 e 3 do artigo 57.º

(⁴) Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º

ANEXO II

(a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 13.º do Convite)

1. - [•] [nome, número de documento de identificação e morada], na qualidade de representante legal de ⁽¹⁾ [•] [firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes], adjudicatário(a) no procedimento de [•] [designação ou referência ao procedimento em causa], declara, sob compromisso de honra, que a sua representada ⁽²⁾ não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

2. - O declarante junta em anexo [ou indica...como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados ⁽³⁾] os documentos comprovativos de que a sua representada ⁽⁴⁾ não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3. - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

[Local], (data) [Assinatura ⁽⁵⁾].

⁽¹⁾ Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

⁽²⁾ No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

⁽³⁾ Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

⁽⁴⁾ No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

⁽⁵⁾ Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º